



**Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015**

I Seminário de Projetos Integrados  
I Jornada de Extensão  
I Seminário de Iniciação Científica  
I Encontro de Pós-Graduação

## **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CAMPO: ANÁLISE DISCURSIVA DE UM FRAGMENTO DO PPC DO CURSO DO PRONATEC**

Jorlan Lima Oliveira<sup>1</sup> – Unifesspa  
Nilsa Brito Ribeiro<sup>2</sup> – Unifesspa  
Hildete Pereira dos Anjos<sup>3</sup> – Unifesspa

Agência Financiadora: Pós-Graduação/PROPIT

**Eixo Temático/Área de Conhecimento:** Ciências Humanas/Análise do Discurso

### **1. INTRODUÇÃO**

A Educação Profissional do Campo é parte integrante das reivindicações geradas pelos movimentos sociais, que buscam uma educação que leve em consideração as suas particularidades. Como forma de atender essas pressões, o governo nos últimos anos criou diversas políticas públicas voltadas a Educação Profissional, a exemplo o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, que possui, em seu escopo, vários cursos técnicos de curta duração também ministrados no campo.

A educação profissional do campo está diretamente vinculada à resistência e conflito dos movimentos sociais por uma educação que respeite a diversidade dos povos que retiram do campo o seu sustento. Indo na contramão do capital, estes movimentos pensam a profissionalização como forma de qualificação e permanência desses povos no campo, onde pregam que não devem ser vistos como simples mão de obra para o capital; muito menos como desqualificados ou fadados à prestação de serviços (FERNANDES e MOLINA, 2006; CALDART, 2010). O foco na indústria, na formação técnica, na educação especializada nos remete inquietações. Em que medida as populações do campo reagiram em relação a este tipo de educação? Essa educação reflete suas necessidades e anseios?

As tensões envolvendo os movimentos sociais do campo criaram força a partir da década de sessenta, impulsionada pela política de Estado a qual favorecia os grandes capitais com foco no desenvolvimento agroindustrial do país. Nessa conjuntura, os movimentos desejavam principalmente a formulação de políticas de Reforma Agrária, como meio de desenvolver econômica, social e política populações do campo. Neste contexto surgiram as primeiras demandas relacionadas à educação no campo, e com ela a qualificação profissional das novas gerações de jovens e adultos (DI PIERRO E ANDRADE, 2009).

Há de se ressaltar que a educação profissional reivindicada pela educação do campo não é a mesma coisa que escola agrícola. Inclui a preparação para diferentes profissões que são necessárias ao desenvolvimento do território camponês, cuja base de desenvolvimento está na agricultura – agroindústria, gestão, educação, saúde, comunicação etc. – e se relaciona ao acesso dos camponeses à educação e particularmente à educação escolar, incluída nela os cursos de educação profissional (PEREIRA, 2012, p.288).

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/Unifesspa). E-mail: jorlan.oliveira.jlo@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela UNICAMP. (PROPIT/PDTSA/Unifesspa). Professora Associada da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FAEL/ILLA/Unifesspa). Docente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/Unifesspa). E-mail: nilsa@unifesspa.edu.br.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela UFBA. Professora Associada da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FACED/ICH/Unifesspa). Docente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/Unifesspa). Líder do Grupo de Pesquisa Dinâmicas Socioeducacionais, Políticas Públicas e Diversidade. E-mail: anjoshildete@unifesspa.edu.br.



**Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015**

I Seminário de Projetos Integrados  
I Jornada de Extensão  
I Seminário de Iniciação Científica  
I Encontro de Pós-Graduação

Ora, a educação pensada para o campo é vista de forma que concilie não só instrumentalização das atividades agrícolas, mas, que leve em consideração aspectos culturais e territoriais e que se adapte ao conhecimento destes povos. Esse pensamento é totalmente discordante da iniciativa capitalista, a qual homogeneiza a educação de forma a facilitar a institucionalização das práticas educativas; ademais, faz uma proposta para o campo e não com o campo (MOLINA e FERNANDES, 2004).

Analisar o discurso contido no Projeto Pedagógico do Curso de Auxiliar Técnico em Agropecuária oferecido pelo Instituto Federal e Tecnológico do Tocantins, Campus Araguatins-TO, como forma de identificar as formações discursivas e as memórias que estão presentes em seus enunciados é o objetivo principal deste estudo. A que estão vinculados tais discursos? Ocorre a existência de entrecruzamentos com enunciados oriundos de outros discursos? Estes e outros questionamentos motivaram a realização deste estudo, que é parte da proposta de dissertação de mestrado do principal autor.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

A base metodológica se pautará numa revisão bibliográfica com base nos estudos de autores que tratam da Educação do Campo como Fonseca (1961), Fernandes e Molina (2006), Caldart (2010), Garcia (2000), entre outros, além da análise das leis específicas que regulamentam o tema. Para o desenvolvimento da Análise do Discurso utilizaremos as pesquisas realizadas por Foucault (1987) e (1999) em seus livros “Arqueologia do Saber” e “A ordem do discurso” entre outros, onde serão utilizados dispositivos analíticos que mobilizarão os conceitos de *formação* e *regularidade discursiva* e *memória discursiva*.

O fragmento que compõe o *corpus* a ser analisado foi retirado do Projeto Pedagógico do Curso de Auxiliar Técnico em Agropecuária, em específico do campo “justificativa”, a partir dele foi empreendida a análise com vistas a alcançar o objetivo proposto neste estudo.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A implantação do curso de curta duração de Auxiliar Técnico em Agropecuária, vinculado ao PRONATEC foi disponibilizado pelo IFTO/Araguatins devido à instituição possuir ampla atuação na área rural, corpo docente qualificado e estrutura física. Este curso é oferecido principalmente para os agricultores familiares, com carga horária de, no máximo, 160 horas-aula. Por solicitação das comunidades, as aulas ocorreram diretamente nos assentamentos, pois a maior parte deles reside distante do *campus* e seria inviável para a instituição arcar com os custos de seu deslocamento.

O IFTO/Araguatins está localizado no município de Araguatins no Estado do Tocantins que possui segundo IBGE (2010) uma população estimada de 31.329 habitantes, entre os quais 35,7% residem na zona rural, além disso, com base nas informações obtidas no CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Araguatins-To, atualmente estão cadastrados vinte e dois assentamentos de reforma agrária e sete de crédito fundiário totalizando vinte e nove, dados que demonstram a relevância da atuação desta instituição na região.

Este curso ocorreu pela primeira vez no ano de 2013 dentro dos assentamentos e na época foi considerado pelos organizadores e professores um grande desafio. Diante deste contexto, o olhar deste pesquisador teve como foco o Projeto Pedagógico do Curso - PPC, em específico o item relacionado à justificativa de sua realização, do qual foi extraído o seguinte fragmento:

*A necessidade de articular a educação profissional ao desenvolvimento local e regional trouxe para a parcela da população carente sem condições de progredirem nos estudos e dessa forma levados a prestação de serviços, possibilidades de melhor qualificação profissional frente às adversidades e reais necessidade dessa região (IFTO, 2013, p.7).*

Este primeiro fragmento nos remete a vários sentidos presente no discurso, sobretudo o aparecimento da palavra “carente”. Ela apresenta um caráter contraditório em relação ao público foco do programa. Por exemplo, o PRONATEC tem por objetivo ampliar as oportunidades educacionais dos



**Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015**

I Seminário de Projetos Integrados  
I Jornada de Extensão  
I Seminário de Iniciação Científica  
I Encontro de Pós-Graduação

trabalhadores por meio do incremento da formação e qualificação profissional (BRASIL, 2011e). Esta lei representa o discurso oficial, que designa o sujeito como trabalhador, estes são os agricultores familiares, silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores entre outros pertencentes ao campo.

Se por um lado o discurso oficial nomeia os sujeitos como trabalhadores, por qual motivo no PPC do curso eles aparecem como carentes? O que explica o deslizamento ou o aparecimento desta palavra? Para que possamos entender o motivo deste aparecimento é necessário buscar o que seria esse carente e em que momento essa noção surgiu no discurso oficial, para assim, vincularmos a que memória discursiva esse discurso está preso.

Ao analisar sobre o provável surgimento do termo *carente* em documentos oficiais, Lonardoni (2006) nos leva a entender um pouco do processo de conflito e luta dos movimentos sociais por uma Assistência Social e universal no Brasil. Os movimentos sociais por Política de Assistência Social travaram grandes lutas para que fossem formuladas políticas que assegurasse melhores condições de vida para as populações ditas “carentes”, ou seja, os sujeitos que nada possuem, sem condições de sobreviver sem ajuda, aqueles necessitados, os pobres.

O momento era o período militar, onde houve significativo cerceamento de direitos sociais, como fruto da intensa participação da sociedade civil organizada, essas reivindicações foram atendidas e consolidadas na Constituição Federal de 1988 - CF/88. O artigo 203 e 204 da CF/88 norteia a base da política de Assistência Social, em específico no inciso II, do artigo 203. Diz o seguinte: garantir “o amparo às crianças e adolescentes carentes” (LONARDONI, 2006).

Entretanto, Sposati (2004, p.42) apud Lonardoni (2006) afirmam que a Assistência Social, garantida na CF/88 contesta o conceito de “(...) população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal” tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente à população pobre.

Com base no que foi exposto, percebe-se que os efeitos de sentido que afloram da palavra *carente* repousa em práticas assistencialistas há tempos utilizadas, opondo-se ao defendido pelo movimento por uma educação do campo, que lutam para tornar-se protagonistas de sua história e não meros espectadores na dinâmica social.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Este estudo parte do princípio de que a educação profissional nasceu com características discriminatórias, pois somente os escravos, os pobres e desocupados eram o foco principal das formações. Até então essas atividades ocorriam no contexto rural, mas na medida em que o país se industrializava essa força produtiva migrava do campo para a cidade, essa inversão fez o campo perder por falta de investimentos. Estes e outros motivos foram propícios para a emergência de conflitos que tinham como proposta a Reforma Agrária, e com ela demandas econômicas, sociais e políticas.

Com base neste fato, é importante ressaltar uma questão que foi levantada nesta pesquisa, a relação conflituosa existente entre a palavra “carente” que designa as pessoas foco do curso, ou seja, os povos do campo e suas iniciativas contrárias a esta noção buscando seu protagonismo no processo educacional, com vistas a não serem reféns propriamente do capitalismo.

Outro ponto apresentado neste estudo se trata da contradição existente entre a educação do campo, defendida tanto pelas populações que lá vivem, por estudiosos e movimentos sociais; e a educação rural tomada pelo capitalista hegemônico, o qual vê o rural como negócio, não leva o contexto cultural e a tradição do campo, questões estas que fazem parte de um complexo e imbricado jogo de forças.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei n. 11.513 de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 26 de out. 2011.



**Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015**

I Seminário de Projetos Integrados  
I Jornada de Extensão  
I Seminário de Iniciação Científica  
I Encontro de Pós-Graduação

\_\_\_\_\_. Lei n.4.504 de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra**, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de nov. 1964.

CALDART, Roseli Salete. **Educação Profissional no contexto das áreas de Reforma Agrária: subsídios para discussão de diretrizes político-pedagógicas para cursos do PRONERA**. In: MOLINA, Mônica et. al. **Memória e história do PRONERA: contribuições para educação no campo no Brasil**, Brasília, 2010. (p. 68-97).

DI PIERRO, Maria Clara; ANDRADE, Marcia Regina. **Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, ago. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: MOLINA, Mônica. **A pesquisa em Educação do Campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**. In: MOLINA, MC & JESUS, SMS (comp.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, 2004. (p. 32-52).

FONSECA, C. S. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica 1961.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1987.

\_\_\_\_\_, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 5ª edição, 1970. 1999.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. **O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil**. Rev. *Trabalho e Crítica*. São Leopoldo, Ed. UNISINOS, 2000. Retirado de: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0904t.PDF>. Acesso dia 01 de junho de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Retirado de: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=170220>. Acesso dia: 05 de julh. 2015.

IFTO. **Projeto Pedagógico de Curso Auxiliar Técnico em Agropecuária**. Araguatins, 2013.

LONARDONI, E. et al. **O processo de afirmação da assistência social como política social**. Serviço Social em Revista, v. 8, n. 2, 2006.

PEREIRA, Isabel Brasil. **Educação Profissional**. In: CALDART R. S. **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.288-295).